

# REFORMAS PASSOS: CEM ANOS DE UMA INTERVENÇÃO EXCLUDENTE

Fabio Tadeu de Macedo Santana<sup>1</sup>  
Marcus Rosa Soares<sup>2</sup>

*“Até onde conseguiram chegar meus olhos, mais possuídos de visão para o jogo da amarelinha do que para as coisas sérias, cresci assistindo à constante derrubada de velhos casarões, à permanente substituição de paralelepípedos por asfalto. O amanhecer de um dia estranhava a presença de uma rua que, ainda da noite da véspera, tinha sido beco onde boêmios e retardatários organizavam suas serenatas. As velhas calçadas, tortas e cheias de reentrâncias como bocas beijadas mil vezes por noite, não encontravam sossego, ameaçadas sempre de que uma avenida nova viesse riscá-la do mapa.”<sup>3</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

Há cem anos uma verdadeira multidão se reuniu debaixo de um aguaceiro para celebrar a inauguração da Avenida Central. Homens trajando casaca, colete e cartola. Mulheres com vestidos, largos chapéus e sombrinhas de renda<sup>4</sup>. A inauguração da obra de maior impacto no tecido urbano do núcleo central da cidade deixou uma parte da população eufórica com as perspectivas de viver em sua plenitude a “*Paris Tropical*”. No entanto, milhares de trabalhadores vagavam com suas famílias pelas ruas da cidade à procura de moradia. Era uma verdadeira multidão desalojada pela intervenção “*cirúrgica*” do Prefeito Francisco Pereira Passos.

Este artigo tem por finalidade tecer algumas considerações sobre as medidas de intervenção no núcleo central da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Deixaremos claro que não pretendemos exaurir todas as possibilidades de um tema com tamanha envergadura, mas tentaremos analisar as mudanças de conteúdo pelas quais nossa cidade atravessou.

## 2. POLÍTICA HIGIENISTA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Durante segunda metade do século XIX, ganhou força na cidade Rio de Janeiro a política higienista<sup>5</sup>. Assolada constantemente por epidemias de febre amarela, malária e varíola a cidade trava uma verdadeira “guerra” contra as habitações coletivas<sup>6</sup> localizadas no núcleo central da cidade. Essas habitações eram consideradas vetores das enfermidades que

---

<sup>1</sup> Professor Assistente Cap - UERJ e Professor I ETEJK-FAETEC, Mestre em Geografia – Universidade Federal Fluminense – UFF.

<sup>2</sup> Professor Cefet-Nova Iguaçu, Doutorando em Geografia – Universidade Federal Fluminense - UFF.

<sup>3</sup> Mário Lago . Na rolança do tempo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira / círculo do livro s/d. p 61.

<sup>4</sup> Jornal O Globo, 05/11/2005.

<sup>5</sup> É digno de nota que a política higienista foi inspirada nas transformações ocorridas na Europa durante o século XIX. No Brasil essas mudanças no pensamento dos gestores públicos estavam associadas à aproximação entre a escola de engenharia e faculdade de medicina.

<sup>6</sup> “Por habitações coletivas entendiam-se oficialmente aquelas que, dentro do mesmo terreno ou sob o mesmo teto, abrigavam famílias distintas que se constituíam em unidades sociais independentes. Dentro dessa definição, poderiam ser consideradas como habitações coletivas, além dos cortiços ou estalagens, as avenidas, as casas de cômodo, as vilas operárias e mesmo as favelas”. Carvalho, Lia de Aquino (1995) p.133-134.

interrompiam as atividades econômicas e manchavam a imagem da capital do Brasil na Europa e América do Norte.

As habitações coletivas que deveriam ser retiradas do núcleo central da cidade eram conhecidas como cortiços e casas de cômodos, moradias precárias e super lotadas. A política higienista procurou erradicar todas as doenças e mazelas da cidade com uma “*limpeza radical da área central*”, ou seja, com a destruição dos cortiços e das casas de cômodos habitadas fundamentalmente pela população pobre e marginalizada. A cidade também sofreu outros impactos como o acelerado crescimento populacional com o fim da escravidão. A abolição da escravatura, em 1888, contribuiu significativamente para aumentar o processo de migração em direção à cidade do Rio de Janeiro (Abreu, M.1997). Entre 1870 e 1890, a população da cidade passou de 235 mil para 520 mil habitantes. Ou seja, um crescimento de cento e vinte por cento em apenas vinte anos (Souza e Silva, J e Barbosa, J. 2005)

A população da cidade do Rio de Janeiro era composta essencialmente por africanos, afro-brasileiros e em menor proporção europeus de origem portuguesa. Com o fim da escravidão e o aprofundamento da crise da economia cafeeira no espaço fluminense, ocorreu um forte impacto no tecido urbano carioca. A liberação da mão-de-obra escrava, aliada à monetarização das terras, contribuiu para o aprofundamento da crise da agricultura cafeeira no espaço fluminense e fez com que a população rural se dirigisse para a capital. Essa conjuntura provocou a formação de um enorme exército industrial de reserva, gerando um descompasso entre o crescimento populacional e geração de emprego e renda. Na verdade, a população pobre e marginalizada pelo processo de reprodução do capital padecia de problemas graves, tais como a falta de moradia e emprego.

Acentuaram-se também os contrastes sociais, uma verdadeira multidão se amontoava no centro da cidade, deixando evidentes as tensões existentes entre as classes sociais que habitavam a capital federal. Os membros das classes abastadas habitavam mansões situadas nos bairros elitizados, providos de infra-estrutura e a presença do poder público, enquanto grande parte da população tinha que se instalar em habitações coletivas degradadas e precárias. A grande massa de trabalhadores desse período encontrava sérias dificuldades em arcar com os custos dos aluguéis devido à informalidade e intermitência do emprego. Entretanto, a concentração numerosa da mão-de-obra era a força motriz do processo de industrialização em curso.

Os trabalhadores do final do século XIX e Início do século XX tinham dificuldades em arcar com os elevados custos dos transportes coletivos existentes na cidade. Os aluguéis também eram obstáculo quase intransponível ao mercado imobiliário formal, bastante valorizado devido à forte especulação. Com necessidade de se ficar próximo ao mercado de trabalho, não restavam alternativas à população, a não ser ocupar os morros localizados nas proximidades da cidade velha<sup>7</sup>. A procura insistente por moradias agrava o déficit habitacional no Rio de Janeiro, dessas dificuldades surge à alternativa popular da autoconstrução. Os barracos nas encostas íngremes dos morros no entorno do centro da cidade se caracterizavam por habitações originalmente construídas com madeiras e chapas de zinco, geralmente esses materiais eram descartados das construções ou fruto das demolições.

O “*Morro Favella*” ou Providência, localizado na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro é um exemplo do crescimento das habitações precárias nas encostas. O Morro do Castelo foi à primeira elevação ocupada pelos portugueses, mas as habitações ali construídas desde o século XVI não se encaixavam devidamente no exemplo tradicional de favela. Esse

---

<sup>7</sup> A cidade velha ou núcleo central compreendia as freguesias do Castelo, Candelária, Santa Rita, Sacramento e Sant’anna. Esta parte baixa da cidade ou várzea estava confinada entre os morros do Castelo, São Bento, Conceição, Santo Antônio e Providência.

morro foi fundamental durante a colonização por questões militares, sua posição estratégica proporcionava uma ampla visão da desembocadura da Baía de Guanabara, por esse motivo, foi construído no seu topo o Forte de São Januário e a Escola dos Jesuítas. A primeira favela da cidade do Rio de Janeiro foi erguida na interseção dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, com a fixação dos soldados veteranos que retornaram da rebelião de Canudos, onde haviam destruído o movimento messiânico de Antônio Conselheiro. Esses soldados foram aliciados por membros do governo e das forças armadas com promessa de moradia na Capital da República, após meses de espera em pensões e ocupações provisórias optaram por ocupar definitivamente as encostas do Morro da Providência<sup>8</sup> (Zaluar, A e Alvito M. 1998).

É na passagem do século XIX para o XX, que se consolidou pelo menos na mídia e na história hegemônica o surgimento da primeira favela da cidade do Rio de Janeiro<sup>9</sup>. Neste caso, o Morro da Providência ou “*Morro da Favela*” seria o referencial para as habitações com as mesmas características. É também nesse período que essas habitações começam a ser encaradas como problema pelas autoridades e classes abastadas (Souza e Silva, J e Barbosa, J. 2005). No entanto, as maiores preocupações das elites eram as habitações coletivas no núcleo central da capital federal que não paravam de crescer, ameaçando a frágil estabilidade existente entre as diferentes classes sociais que usufruíam dos serviços oferecidos pela urbe. A administração municipal aproveitou o caos urbano e as tensões entre as diferentes classes sociais para justificar sua política de erradicação das moradias coletivas em nome da ordem e da higiene. (Carvalho, L. 1995).

O objetivo da política higienista iniciada na última década do século XIX era curar uma cidade considerada doente, mas acabou agravando ainda mais crise habitacional, provocando junto com outros elementos a segregação residencial e a exacerbação da estratificação social na cidade Rio de Janeiro. Junto a ela surge o processo de expansão física da cidade que através do capital imobiliário imprimia a incorporação de sítios privilegiados na zona sul destinado as classes abastadas.

O Rio de Janeiro vivenciou um processo de expansão industrial acentuado que provocou impactos no tecido urbano como, por exemplo, o surgimento de bairros indústrias e vilas operárias. O bairro de São Cristóvão localizado na Cidade Nova<sup>10</sup> foi abandonado pela elite<sup>11</sup>, sendo transformado em bairro industrial de população operária. São Cristóvão era o bairro melhor servido por ferrovias, energia e sistema de água e esgoto. Soma-se a logística do bairro entroncamento porto-ferroviário que o transformou no espaço industrial mais importante da cidade<sup>12</sup>.

A diáspora das Elites em direção a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro consolidou o núcleo central da cidade como sendo uma área dominada pela classe operária. A proximidade com o mercado de trabalho, os custos elevados com os transportes e os baixos salários

---

<sup>8</sup> “Segundo diversas fontes, a favela da providência foi formada nos últimos anos do século XIX. Um grande número de soldados do corpo auxiliar da companhia de Canudos, na Bahia, retornou das batalhas contra os revoltosos de Antônio Conselheiro em 1897.” (História dos Bairros.1987)

<sup>9</sup> As favelas têm sua origem na passagem do século XIX para o XX, com a abolição da escravidão 1888, demolição do Cortiço Cabeça de Porco 1893, o retorno dos combatentes da Guerra de Canudos 1897 e a Reforma Pereira Passos 1902-06.

<sup>10</sup> Com a chegada da Família Real em 1808, os limites físicos da cidade velha foram rompidos. A Freguesia do Espírito Santo que corresponde atualmente aos bairros do Estácio, Rio Comprido, Praça da Bandeira e São Cristóvão começaram a receber investimentos e novas construções. (Abreu, M. 1997)

<sup>11</sup> As classes abastadas seguiam em direção a Zona Sul, ocupando terrenos ao longo da Companhia de Bonde Jardim Botânico.

<sup>12</sup> Atualmente o Bairro vem sofrendo um processo de sucessão e ocupação promovido por empreendedores imobiliários que desejam transformá-lo num espaço destinado à classe média. A presença da Quinta da Boa Vista (antiga residência da Família Real), estação ferroviária, o metrô e o acesso facilitados as principais artérias rodoviárias são considerados atrativos para os novos moradores, soma-se a esses fatores o espaço de entretenimento do Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga.

transformaram o centro político e administrativo numa área residencial decadente e degradada. Essa organização espacial não agradava em nada as classes dominantes que enxergavam problemas graves que deveriam ser sanados. Por esse motivo, foi deflagrada uma verdadeira operação de guerra entre o governo municipal e as habitações coletivas. Abreu, M (1997) descreveu que:

*"... a administração do Prefeito Barata Ribeiro que, em 1893, empreendeu verdadeira guerra aos cortiços, dentre os quais o célebre Cabeça de Porco, cuja destruição foi necessário planejar todo um esquema policial-militar. Começa aí um processo de intervenção direta do estado sobre as áreas centrais da cidade, que viria se intensificar sobremaneira a partir do início do século e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca..." (Abreu, M, 1997:50)*

(Figura nº1) Revista Ilustrada de fevereiro de 1893.



*Cabeça de porco.*  
 Era de ferro a cabeça,  
 De tal poder infinito  
 Que, se bem nos pareça,  
 Devia ser de granito.  
 No seu bojo secular  
 De forças devastadoras,  
 Viviam sempre a basilar  
 Turbas e mistraladoras.  
 Por isso viveo tranquilla  
 Dos poderes lomerosos,  
 Como um boia chodé fila  
 Humilhando poderosos.  
 Mas eis que um dia a barata  
 Deo-lhe na litta atmacal-a,  
 E assim foi-se palarda,  
 Roendo, até devorar-a.

Fonte: Abreu, M. (1997) <sup>13</sup>.

<sup>13</sup> O Cabeça de Porco era um cortiço situado próximo à Central do Brasil. Seu nome se deve à forma característica da entrada do cortiço: um grande portal em arcada ornamentado com uma figura de cabeça de porco. O Cabeça de Porco ficou consagrado como símbolo das habitações coletivas, (...) Seu nome se incorporou ao nosso vocabulário como sinônimo de habitação coletiva insalubre. (História dos Bairros, Ed. Índex, p. 94 e 95, 1987)

Não restam dúvidas que o choque de ordem promovido pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893 abriu caminho para novas intervenções no espaço urbano carioca na década seguinte. Através dessa ação de grande envergadura que o poder público apoiado pelas elites se encorajaram para transformar a capital do país, adequando-a as novas exigências do capital monopolista. Em nome da modernidade o centro histórico colonial foi completamente arrasado pelo rolo compressor do progresso.

### 3. PREREIRA PASSOS: ORDENAMENTO TERRITORIAL E EXCLUSÃO

Até o início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro era uma teia de ruas estreitas, mal arejadas, becos escuros e cortiços abarrotados por famílias que buscavam trabalho na capital do país. As condições de vida eram precárias e a população sofria com doenças como febre amarela, varíola e peste bubônica. Essas ameaças à vida acabaram afastando navios que atracavam no antigo porto da cidade. A situação se agravou ao ponto de uma companhia de viagem européia fazer a seguinte propaganda: “*Viaje direto para Buenos Aires sem passar pelos perigosos focos de epidemia do Brasil*”<sup>14</sup>.

Esses problemas foram mencionados pela administração pública para justificar uma intervenção radical na capital federal. O Presidente Rodrigues Alves aproveitou a conjuntura política e econômica favorável deixada pelo presidente Campos Sales (1898-1902) para nomear o engenheiro Francisco Pereira Passos como prefeito da capital. Por sua vez, Pereira Passos deveria executar um ambicioso programa de reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro. A reforma foi tratada como questão nacional e se sustentou no tripé saneamento, abertura de avenidas e embelezamento, tendo por finalidade última atrair investimentos para o país. Era necessário promover o saneamento da cidade, criar novas artérias de circulação e condições para arejar, ventilar e iluminar os logradouros.

De 1902 a 1906, Francisco Pereira Passos revolucionou a cidade do Rio de Janeiro. Foi a partir de então que as tentativas de torná-la moderna, isto é, uma cidade integrada ao capital monopolista fez com que marcantes transformações emergissem em sua paisagem. Atrelado a isso, foi a partir daí, que a diferenciação espacial passa a ser um projeto e uma prática explícita das políticas públicas de ordenamento territorial, desencadeando o processo de ocupação efetiva dos subúrbios e a criação de novas favelas devido ao deslocamento em massa da população para as encostas dos morros da área central a partir da demolição dos cortiços.

A cidade se modernizou de modo diferenciado no que tange à distribuição da população em seu espaço. A geografia da cidade passou a ser forjada pelo poder público e pelo capital monopolista de tal maneira que modernidade, segregação e exclusão fariam parte da lógica de sua inserção em uma divisão territorial do trabalho em escala internacional. As medidas tomadas visaram tornar o Rio de Janeiro uma cidade moderna de modo a inseri-la nos cânones capitalistas. A inserção da cidade à lógica de reprodução ampla do capital requereu transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e, sobretudo, geográficas. Foi necessário, dentro desse contexto, executar a reestruturação interna da cidade de maneira a se eliminar os resquícios que ainda restavam de sua funcionalidade mercantil. (Benchimol, J. 1990).

Até o final do século XIX, o centro da cidade do Rio de Janeiro tinha a aparência de uma antiga cidade colonial. Suas ruas eram desalinhadas, estreitas, mal calçadas e sem higiene. As casas estreitas e compridas, sendo uma colada à outra, facilitavam a propagação das epidemias entre a população. A infra-estrutura precária e insuficiente da cidade chocava-

---

<sup>14</sup> Jornal O Globo, 5 de novembro de 2005.

se com o crescimento populacional que pressionava a capacidade da capital federal de absorver novos investimentos. A reforma urbana serviu para o Estado organizar a “*desordem*”, utilizando a violência como *práxis* de uma ordem que o poder legitimaria através do reordenamento territorial da urbe.

O ponto central da reforma urbana, para o governo federal, foi a modernização do porto, fundamental para a exportação de gêneros agrícolas que sustentavam a economia do país. Sendo assim, o governo, com o intuito de resolver os problemas da cidade e procurando viabilizar o desenvolvimento das atividades produtivas concluiu que a cidade deveria ser modernizada a qualquer custo<sup>15</sup>.

Pereira Passos foi o responsável por essa árdua tarefa, isto é, pela maior reforma urbana até então realizada na cidade do Rio de Janeiro. A influência francesa na revolução urbana carioca é marcadamente inspirada pelas proposições do Barão Georges Haussmann que modernizou a capital da França na segunda metade do século XIX. Seguindo os padrões da época, Pereira Passos priorizou a construção de grandes avenidas nos moldes dos boulevards franceses que, de certo modo, facilitassem a circulação urbana e embelezassem a cidade. Executadas pelo governo federal, a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco); e as avenidas radiais Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e a Avenida Beira Mar construída durante a administração Pereira Passos viabilizaram o acesso mais rápido do Centro da cidade aos bairros residenciais mais elegantes, onde residia a população abastada<sup>16</sup>. (Benchimol, J. 1990)

A Avenida Central rasgou o Centro da cidade no sentido norte/sul. Com 1800 metros de comprimento e 83 de largura, à avenida foi responsável pela demolição de 585 prédios, desencadeando simultaneamente uma forte segregação espacial e um eficaz controle do espaço urbano (figuras nº2 e 3). Parte dos morros do Castelo e São Bento foram arrasados pelas reformas da capital federal para ceder espaço e manter o traçado retilíneo das avenidas.

**(Figura nº2) REFORMA PASSOS – AV. CENTRAL**



Foto: Augusto Malta 1905<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Para financiar as obras o governo recorreu ao empréstimo de 8 500 000 de Libras junto a Inglaterra.

<sup>16</sup> Rio de Janeiro e seus Prefeitos evolução urbanística da cidade 1977.

<sup>17</sup> Museu da República. Flagrantes do passado nº2, Rio Cidade Cosmopolita, 1994.

**(Figura nº3) REFORMA PASSOS – AV. CENTRAL**



Foto: Augusto Malta 1910<sup>18</sup>

Foucault, M (1987), analisando a França do século XVIII, levanta uma questão importante acerca de o Estado delimitar e ordenar o espaço com o intuito de disciplinar o corpo, favorecendo-se dos problemas urbanos para promover uma medicina social. Conforme Foucault:

*“A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de <<quadros vivos>> que transformam multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidade organizadas (...) O quadro no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber. Trata-se de se organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo ;trata-se de impor uma <<ordem>>” (Foucault,M.1987-p.135).*

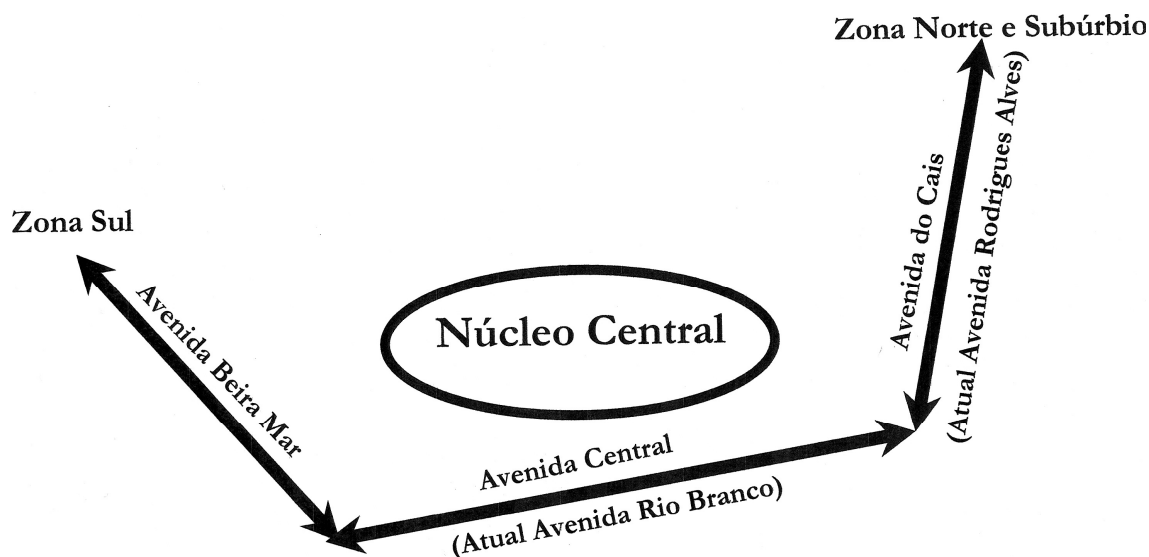
A Avenida Central exerce uma centralidade no projeto de transformação da cidade; sua principal finalidade era solucionar o problema crônico de distribuição dos produtos do porto ao comércio da cidade. A obra de grande envergadura foi do governo federal, mas coube a Pereira Passos criar um espaço do consumo, das letras da diversão, ou seja, um espaço econômico, político e cultural repleto de ícones e significados para os cariocas de fortuna e para os padrões de bom gosto da época (Azevedo, A. 2003).

Segundo Azevedo, A (2005), o plano de intervenção constituiu fundamentalmente na abertura, prolongamento e alargamento de um conjunto de ruas da cidade, modificando assim o sistema viário da urbe. De fato, as avenidas avançavam para deferentes pontos da cidade. Coube a Avenida Central integrada as Avenidas do Cais e Avenida Beira Mar facilitar a circulação em direção a zona norte, subúrbio e zona sul da cidade (vide figura nº4).

---

<sup>18</sup> Museu da República. Flagrantes do passado nº2, Rio Cidade Cosmopolita, 1994.

(Figura nº4) EIXOS DE EXPANSÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 1902-06



Pereira Passos promoveu também a abertura das avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá no Centro da cidade e da Avenida Atlântica e do Túnel Novo ligando Botafogo a Copacabana na Zona Sul. Passos não parou por aí. Além disso, mandou alargar e retificar várias ruas da cidade através de desapropriações e demolições (Benchimol, J. 1990). A reforma Passos inclui também o saneamento básico da cidade - diversos rios foram canalizados, o lixo urbano passou a ser recolhido e as velhas usanças combatidas pelos funcionários da prefeitura. Foi proibida a circulação de animais, venda de bilhetes da loteria, o comércio ambulante, cuspir e urinar nas ruas. Essas medidas tinham forte caráter civilizatório e tentavam acabar de vez com o uso equivocado e inadequado do espaço urbano pela população. A febre amarela urbana foi erradicada com a participação efetiva do médico do sanitarista Oswaldo Cruz. Todas essas medidas caracterizaram-se pela forte influência da medicina urbana francesa e pela dominação e apropriação do estado sobre o espaço e o corpo.

A aprovação da lei da vacina obrigatória em 31 de março de 1904 foi o elemento que faltava para que o estopim fosse aceso e as tensões sociais reprimidas ganhassem às ruas. Faltava ao Doutor Oswaldo Cruz habilidade política suficiente para contornar as insatisfações das diferentes classes sociais. Por esse motivo, foram adotadas medidas autoritárias para execução do plano de erradicação das doenças que castigavam a capital do país. Devido à imposição da vacina obrigatória, as brigadas sanitárias entravam nas residências e vacinavam as pessoas à força, causando repulsa na população. O estado foi acusado de violar o domínio do sagrado lar, a liberdade individual e a honra pessoal dos cidadãos de bem (Carvalho, J. 1987).

Apesar da ira da população contra a obrigatoriedade da vacina contra febre amarela, não ocorreu na cidade nenhum movimento semelhante de que questionasse as obras públicas executadas por Francisco Pereira Passos. A resposta está no reaquecimento do mercado da construção civil que promoveu a geração de milhares de empregos destinados quase na sua integralidade à população de baixa renda, apaziguando os ânimos dos mais exaltados (Idem).

O alargamento e a abertura de ruas e avenidas no núcleo central da cidade, berço da cidade colonial, provocou a destruição das habitações coletivas sem a preocupação com a reposição de moradias dos operários que viviam próximos ao mercado de trabalho. Esse foi o



principal motivo da ocupação desordenada dos morros da área central, como por exemplo, os morros da Providência na zona portuária e São Carlos no Bairro do Estácio. O ordenamento territorial durante esse período agravou a crise habitacional, promovendo o crescimento das favelas e da segregação sócio-espacial. Tais mudanças também visavam criar espaços diferenciados quanto ao uso das diferentes classes, objetivando aumentar a disciplina e reduzir as tensões sociais ainda muito presentes na urbe, Segundo Foucault, M 1987:131:

*“o princípio da <<clausura>> não é constante, nem indispensável, nem suficientes nos aparelhos disciplinares . Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina e em primeiro lugar segundo o princípio da localização imediata ou do quadriculamento. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar cada indivíduo...o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos há a repartir...A disciplina organiza um espaço analítico” (Foucault, M. p131).*

Esta reforma urbana visou facilitar e agilizar a fluidez no espaço da cidade, que contava com avenidas estreitas, um porto ultrapassado e um sistema de transporte que se tornou ineficaz para o período. A predominância dos cortiços na área central, e as condições higiênicas precárias já estavam ultrapassadas. Enfim, era necessário que as formas da cidade estivessem em consonância com a sua função. A paisagem predominantemente colonial tornou-se anacrônica e inviabilizou o fluxo de mercadorias, pessoas e capitais na velocidade que as diversas modalidades do capital requeriam. A cidade, através de suas formas, ainda simbolizava uma cidade colonial (Benchimol, J. 1990)

Ao mesmo tempo em que significava por em prática tais necessidades do capital, a Reforma Pereira Passos reforçou o seu cunho discriminatório ao acirrar conflitos entre os interesses populares e os interesses do grande capital, do qual o Estado, através do prefeito Francisco Pereira Passos, era representante. A remoção das populações de baixa renda da área central foi um componente inerente à reforma urbana na medida em que o remodelamento do centro da cidade significou a sua valorização. Os cortiços - padrão habitacional popular dominante no centro da cidade - foram, em sua imensa maioria, demolidos cedendo lugar às novas paisagens urbanas. A resistência popular não foi suficiente para conter o ímpeto das forças transformadoras que estavam por trás da reforma urbana.

Um dos objetivos da reforma urbana foi desterritorializar essa população da área central da cidade e reterritorializá-la nos subúrbios. Em parte, esse objetivo foi alcançado, pois permitiu a efetiva ocupação suburbana. A ocupação, porém, não se realizou totalmente devido as precárias condições dos trabalhadores desse período.

A demolição dos cortiços foi uma destruição-criativa. Foi uma destruição-criativa no sentido de ter gestado um novo padrão habitacional na paisagem urbana carioca: a favela. A favela, que é uma habitação caracterizada pela ilegalidade da ocupação do solo urbano, isto é, pela ausência de equipamentos coletivos e, principalmente, ausência da escritura do imóvel. Esta forma de habitação passou a fazer parte da geografia da cidade como moradia alternativa para os que não tinham condições de pagar aluguel ou se negavam a residir distante dos lugares onde trabalhavam. (Zaluar, A e Alvito, M. 1990)

A favela emerge, portanto, no contexto da Reforma Pereira Passos, como uma modalidade de habitação conflituosa com os interesses capitalistas na medida em que a sua cristalização no urbano carioca significou uma oposição popular às imposições do poder público, ou seja, do capital. A reforma Pereira Passos teve grande influência no processo de

favelização dos morros cariocas, Visto que tal modalidade de habitação passou a ser uma estratégia e um direito à cidade das camadas desprivilegiadas pelo poder público.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou compreender de que maneira a cidade do Rio de Janeiro veio a se consolidar como uma cidade segregada sócio-espacialmente. Para tanto, foi analisado, desde o período de formação da cidade - de maneira sucinta e breve, levando em consideração o período das reformas no núcleo central da cidade durante a gestão Pereira Passos.

O recorte temporal procurou privilegiar a história geográfica da cidade no tocante às propostas e práticas do poder público especialmente, mas também, a atuação do poder privado no processo de segregação sócio-espacial da cidade.

Para propiciar uma análise mais acessível o artigo analisou a passagem do século XIX para o século XX com o objetivo de elucidar a problemática proposta pelo título de modo a esclarecer quais conteúdos ideológicos engendraram a diferenciação territorial das classes sociais e os motivos que orientaram a geografia da cidade nesta perspectiva.

O processo de expansão física da cidade para os morros, para a restinga e para o interior, etapa conflitante pois marca o início do processo de segregação sócio espacial da cidade. Esse período pode ser compreendido como característico de uma ambigüidade na qual se encontrava o país e, conseqüentemente a cidade, pois delinea o conflito de duas temporalidades distintas: a mercantil e a capitalista. A emergência e afirmação histórica do capital monopolista, significou a alteração na ocupação do solo urbano que passou a ser orientado de acordo com as exigências do modo de produção capitalista, ou seja, iniciando uma diferenciação territorial da população na medida em que o capital e o seu representante: o Estado, privilegiou áreas para a sua reprodução. Por outro lado, os trabalhadores que ocupavam a cidade ficaram com os “restos de territórios” que o capital julgou desinteressante ao processo de acumulação capitalista. A favela emerge na geografia carioca como uma resistência popular de migrar para áreas distantes, isto é, os subúrbios.

Trata-se de fato de uma solução popular para as mazelas do sistema capitalista imposto pelos agentes hegemônicos da época. A favela é um *direito à cidade* aos aliados dos meios de produção. Uma alternativa ímpar de reduzir simultaneamente os gastos com habitação e transporte.

Essas características segregacionistas foram exacerbadas durante a República Velha, e, também de maneira esporádica em nível de propostas, na República Nova. Mas foram as gestões do Presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Francisco Pereira Passos entre 1902 e 1906, que a modernização conservadora e excludente se afirma enquanto estratégia de expulsão dos desfavorecidos do núcleo metropolitano.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Maurício de (org.) Rio de Janeiro: Formas, Movimentos e Representações: Estudos da Geografia Histórica Carioca, Rio de Janeiro-RJ: Da Fonseca da Comunicação, 2005.

\_\_\_\_\_, Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, ZAHAR/IPLANRIO, 1997.

\_\_\_\_\_, (org.) Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1990.

Abreu, Silvio Fróes. Formação e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. IBGE, 1957.

- Amador, Elmo. Baía da Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza. Rio de Janeiro-RJ, Elmo Amador, 1997.
- Azevedo, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração urbana. p. 35-64, in Revista Rio de Janeiro, nº10, maio-agosto de 2003. Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- Bernardes, Lysia M. C. Evolução da Paisagem do Rio de Janeiro até o início do Século XX. (1990) p.37-53, in: ABREU, Maurício de (org). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, Biblioteca Nacional, 1990.
- Benchimol, Jayme Larry. Pereira Passos: Um Haussmann Tropical, Rio de Janeiro-RJ, Biblioteca Carioca, 1992.
- Caldeira, Teresa P. do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: Novos Estudos CEBRAP, março, n.º 47, 1997.
- Cardoso, Elizabeth; Vaz, Lilian Fessler; et alli. *História dos Bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Zona Portuária*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/Index, 1987.
- Carlos, Ana Fani Alessandri. O lugar no - do mundo, São Paulo-SP, Editora Hucitec, 1996.
- Carvalho, José Murilo de. Os Bestializadores: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo-SP, Companhia das Letras, 1987.
- Carvalho, Lia de Aquino de. Habitações Populares, Rio de Janeiro-RJ, Biblioteca Carioca, 1995.
- Cavalcanti, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro-RJ, Jorge Zahar Editor, 2004.
- Castro, Iná Elias., Gomes, Paulo.César., Corrêa, Roberto.Lobato (org.) Geografia Conceitos e Temas, Rio de Janeiro, RJ, Editora Bertrand Brasil, 1995.
- Corrêa, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo-SP, Ed. Ática, 1995.
- Del Brenna, Giovanna Rosso (org.). *Uma Cidade em Questão II: O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Index - Solar Grandjean de Montigny - PUC/RJ, 1985.
- Foucault, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. RJ, Editora Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_, Vigiar e Punir. Rio de Janeiro. RJ, Editora Vozes, 1987.
- Fragoso, João Luis. A política no Império e o início da República Velha: dos barões aos coronéis: in: Linhares, Maria Yedda. (org.) História Geral do Brasil, Rio de Janeiro-RJ Editora Campus, 1990.
- Furtado, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora do Brasil, 1982.
- Gerson, Brasil: *História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro-RJ, Lacerda Editores, 5ª edição, 2000.
- Gottdiener, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo-SP EDUSP, 1993.
- Lima, Evelyn Werneck. Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia- RJ Ed. Biblioteca Nacional, 1990.
- Maricato, Hermínia. (org.) Autoconstrução, a arquitetura possível. In: A produção capitalista da casa e (da cidade). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- Pinto, Maria.Novaes A cidade do Rio de Janeiro: evolução física e humana ver.Bras.Geogr.Rio de Janeiro. IBGE, 1965

Resende, Vera. Planejamento urbano e ideológico. Rio de Janeiro-RJ Ed. Civilização Brasileira, 1985.

Ribeiro, Luiz César de Queiroz. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados - A Formação da Produção de Moradias na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro-RJ, Civilização Brasileira, 1996.

Rio de Janeiro do Bota - abaixo. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Ed. Salamandra, 1997.

Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos, Estado da Guanabara-GB, Governo Carlos Lacerda, 1965.

Rocha, Oswaldo Porto. A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro 1870-1920, Biblioteca Carioca, 1995.

Santana, Fábio Tadeu de Macedo. Considerações sobre a trajetória histórica e geográfica da exclusão no espaço urbano carioca. Monografia de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, UFF, 2000.

Santos, Ângela Moulin Penalva e Motta, Marly Silva. O Bota - abaixo revisitado: O Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)p. 11-34, in Revista Rio de Janeiro, nº10, maio –agosto de 2003. Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2003.

Santos, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo-SP Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_, Técnica Espaço Tempo- razão e emoção., São Paulo-SP, Editora Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_, Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo-SP, Editora Nobel, 1990.

\_\_\_\_\_, Por uma economia política da cidade, São Paulo-SP, Editora Hucitec, 1990.

Sousa e Silva, Jailson e Barbosa, Jorge Luiz. Favela: Alegria e Dor na Cidade. Rio de Janeiro-RJ, SENAC, 2005.

Souza, Marcelo José Lopes de. O Desafio Metropolitano: um estudo sobre as problemáticas sócio-espacial nas metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro-RJ, Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_, Urbanização e desenvolvimento no Brasil Atual. São Paulo, Ed. Ática, 1996.

Vaz, Lilian Fessler (1995). Modernidade e Moradia: Habitação coletiva no Rio de Janeiro-Século XIX e XX. Rio de Janeiro-RJ, Editora 7Letras, 2002.

Zaluar, Alba e Alvito, Marcos Um Século de Favela. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

### **Jornais, Periódicos, Revistas e Censos**

Guia sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro-RJ, IBGE- JB, 1995.

Favelas cariocas. Rio de Janeiro editora Iplanrio, 1998.

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro: Uma cidade no tempo. Rio de Janeiro-RJ, editora Iplanrio, 1992.

Museu da República. Flagrantes do passado nº2, Rio cidade Cosmopolita, 1994.

Novo Século: 1900-1910 São Paulo-SP, editora abril, 1980.

*Rio de Janeiro - Em Seus Quatrocentos Anos - Formação e Desenvolvimento da Cidade*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1965.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 de junho 97.

Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2005.